
Do Memorial Zumbi às Políticas de Ações Afirmativas: 40 anos de ações da UFAL em parceria com o Movimento Negro ¹

Danilo Luiz MARQUES²
Rosa Lucia Lima da Silva CORREIA³
Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL

RESUMO

Essa discussão tem o objetivo de demonstrar como o Projeto Zumbi, em 1980, abriu caminhos para que a Universidade Federal de Alagoas se tornasse uma das três primeiras IES do Brasil a assegurar o acesso da população negra ao Ensino Superior público, sendo, inclusive, pioneira na reserva de vagas por gênero. Para tanto, faz-se uma breve apresentação da história do tombamento da Serra da Barriga e, por fim, apresenta-se a ação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e de entidades do Movimento Negro de Alagoas na aprovação do Programa de Ações Afirmativas (PAAF).

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Negro; Identidade Negra; Ações Afirmativas; Discursos Antirracistas.

INTRODUÇÃO

A primeira peregrinação à Serra da Barriga, para refazer o caminho dos escravizados que fugiam das agruras e açoites dos engenhos até a sede do Quilombo dos Palmares, ocorreu em 1980. A subida, mais que um ato de rememoração, era um ato político e pedagógico, a retomada de posse de um chão com várias inscrições simbólicas e sagradas delimitadoras da luta social, política, armada e direta, e do ideário de resistência cultural. Para o Movimento Negro aquele lugar e aquela caminhada encenavam uma história e um território a serem agenciados e resgatados para dar maior significado aos seus protestos e reivindicações.

Essa peregrinação fazia parte de uma das ações que integravam o projeto pelo tombamento da Serra da Barriga, pela sua transformação em marco da história oficial da nação, o segundo bem não-branco do Brasil e o primeiro bem imaterial do conjunto do patrimônio nacional⁴: o Projeto Zumbi. Desde 1970 o Movimento Negro e vários dos seus representantes, intelectuais que estavam em cargos políticos e administrativos de grande

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Prof. do Curso de História e Diretor do NEABI da UFAL, email: danilo.marques@ichca.ufal.br

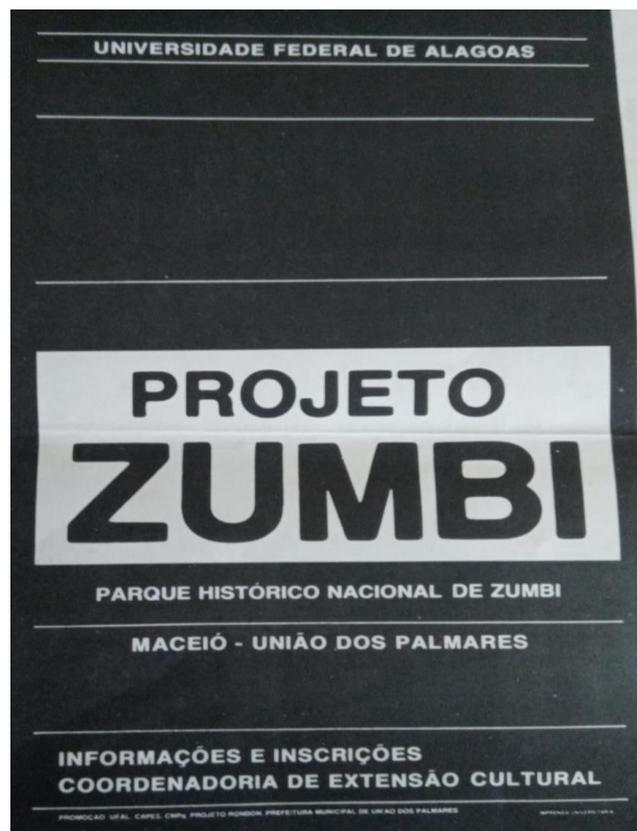
³ Profa. do Curso de Relações Públicas e Vice-Diretora do NEABI da UFAL, email: rosa.correia@ichca.ufal.br

⁴ O primeiro é o terreiro Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador-BA, tombado em 1982, como bem material, posto que foi a secularidade da sua construção que exigiu sua salva-guarda.

vulto, se mobilizavam e cooptavam novos parceiros na arena pública a fim de que a história e as personagens negras fossem reconhecidas na historiografia nacional, para assegurar o acesso aos direitos sociais pela população negra e para ampliar os capitais até ali conquistados. É dessa trajetória que trata este texto, tendo especial destaque a atuação do NEABI da UFAL, o primeiro núcleo de estudos sobre a população negra do país.

A UFAL e a parceria com o Movimento Negro

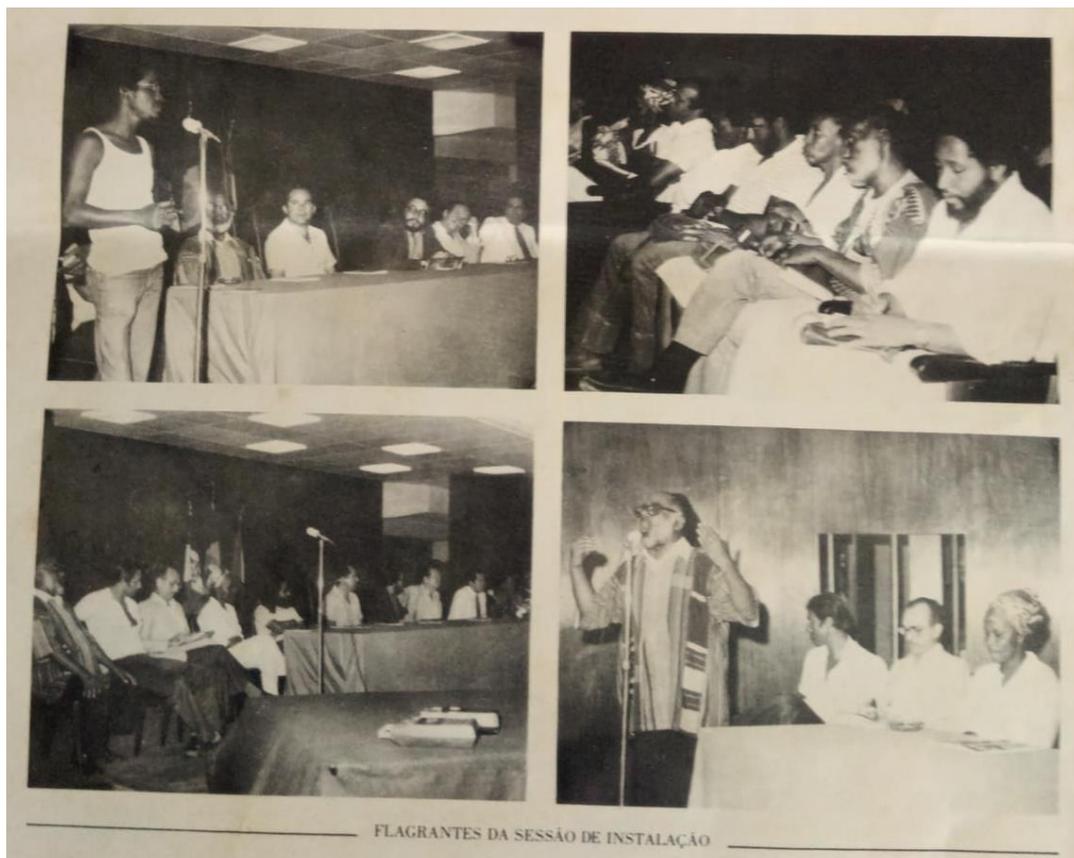
Em 1980, o Ministério da Educação era responsável pelos assuntos ligados à cultura, incluindo o patrimônio nacional. Neste período, o antropólogo da Fundação PróMemória era o militante negro Olympio Serra, coordenador do Projeto Etnias e Sociedade Nacional⁵. Serra lançou uma campanha sobre o patrimônio negro brasileiro e propôs a realização de uma reunião nacional a respeito deste assunto. A Reunião foi capitaneada pela UFAL e se tornou uma das diretrizes do Projeto Zumbi.



Cartaz de divulgação do Projeto Zumbi. Fonte: AZEVEDO, 1982, p.561

⁵ O Projeto Etnias e Sociedade Nacional era de início uma ação voltada para o resgate da memória indígena, porém visando corrigir um sério defeito da política cultural brasileira e reparar seu etnocentrismo e sua fixação eurocêntrica, “logo passou, também, a promover iniciativas voltadas para a defesa dos valores do patrimônio negro do Brasil” (SERRA, 2005).

Intitulada de I Encontro Nacional sobre o Parque Nacional Histórico de Zumbi⁶ e realizada em agosto em Maceió, a reunião teve como objetivos: (1) delinear as diretrizes para a construção do parque, que seria um memorial, na Serra da Barriga; (2) realizar novos encontros para desenvolver estudos e pesquisas sobre a questão afro-brasileira, para a discussão e divulgação das manifestações da cultura negra; (3) criar um Conselho Consultivo e deliberativo para o Parque; (4) criar uma fundação ou entidade cultural estatal para gerir o Parque, esta última deveria sempre ser dirigida por negros, (o que também seria um motivo para a criação, em 1988, da FCP); (5) elaborar um projeto de infra-estrutura para o Parque, tendo como responsáveis o grupo de trabalho formado pelos participantes do encontro e por técnicos e/ou especialistas, prioritariamente negros, e (6) criar um centro de estudos e informações da realidade negra, para a Academia e para a sociedade em geral, que recuperasse e reavaliasse o papel do negro na sociedade (AZEVEDO, 1982).



Imagens do I Encontro Nacional Sobre o Parque Nacional histórico de Zumbi. Fonte: AZEVEDO, 1982, p.563

⁶O Parque Memorial Zumbi era baseado na ideia de parque nacional - que é uma área protegida de propriedade estatal, que tem como finalidade a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica – visto que a área ensejada era apenas um resquício da floresta de palmeiras da região.

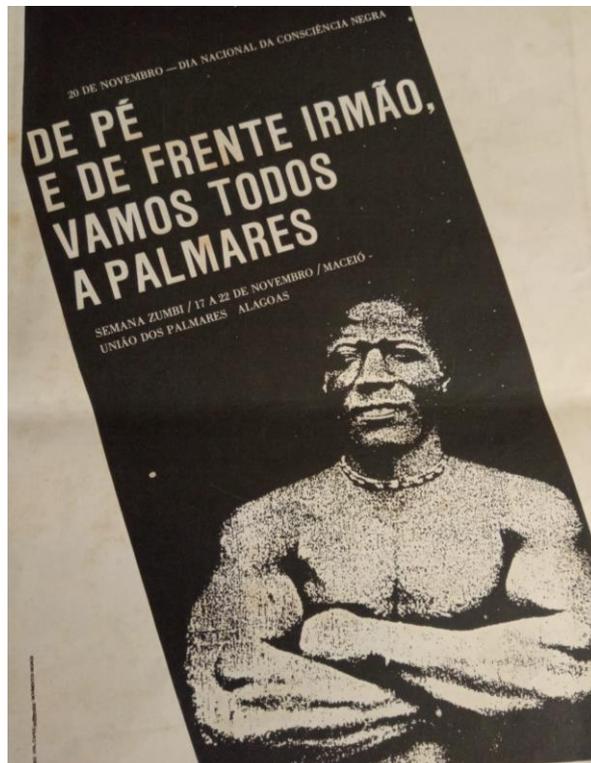
Dando continuidade às discussões do encontro, em novembro, de 20 a 22, ocorreu a Semana Zumbi, no museu Casa Jorge de Lima⁷, em União dos Palmares-AL. Ali foi criado o Centro de Estudos Afro-Brasileiros da UFAL, o primeiríssimo espaço coadunador dos estudos da gente e da cultura negras e palco de encontro de grandes intelectuais, negros ou não, para discutir as questões étnico-raciais no Brasil.



Flagrantes da sessão de instalação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros.

Imagens da Inauguração do CEAB em União dos Palmares-AL. Fonte: AZEVEDO, 1982, p.572

Para simbolizar a (re)tomada da Serra da Barriga pelos herdeiros do Quilombo dos Palmares, o encontro foi encerrado com uma romaria ao lugar (SERRA 2005).



Cartaz da Semana Zumbi convidando. Fonte: AZEVEDO, 1982, p.569

⁷Poeta, político, médico e ensaísta partícipe do Movimento Modernista brasileiro nascido em União dos Palmares.

A subida ao topo da serra virou uma campanha pela recriação de Palmares em Alagoas, na cidade de União dos Palmares – o que daria corpo, em 2007, ao museu-vivo Memorial Quilombo dos Palmares, uma estrutura arquitetônica em pau a pique e palha semelhante à antiga construção quilombola.

Rumo à serra partiram centenas de jovens ligados aos movimentos negros, blocos afros, como o Ilê Ayê, e diversos representantes de instituições e associações culturais de todo o Brasil, como a alagoana Associação Cultural Zumbi, representantes de instituições de ensino superior, como o Reitor da UFAL João Azevedo, embaixadores africanos e vários religiosos católicos e de matriz africana. Ali em cima foi celebrada a primeira missa em homenagem a Zumbi dos Palmares e ao povo negro (MOURA, 2008, p.11).



Imagens da subida à Serra da Barriga. Fonte: AZEVEDO, 1982, p.567

Os resultados desse ano histórico de 1980 foram a proposta de um estudo multidisciplinar que fizesse uma exposição de motivos para o projeto de tombamento da Serra da Barriga⁸, um projeto de resgate histórico, ecológico e cultural para o lugar⁹, a

⁸ Compilação de estudos de várias áreas e cursos da UFAL que embasou o processo/pedido enviado ao SPHAN para o reconhecimento do patrimônio do Quilombo dos Palmares.

⁹ Um projeto havia sido já proposto, ainda em 1979, à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) pela UFAL e pelo Projeto Rondon - mais tarde virado de “cabeça pra baixo” pelas críticas dos intelectuais e militantes negros, visto que “tinha um caráter predominantemente turístico” (SANTOS, 2008, p.189).

criação do Conselho Geral do Memorial Zumbi¹⁰, que seria o responsável pela gestão do Parque, e a implantação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB) da UFPA,

O CEAB teve dois diretores desde a sua instituição de fato, em 1981, até o ano de 1983, quando passou a se chamar Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e foi assumido por Zezito Araújo, professor do Departamento de História da UFPA, militante negro e membro da Associação Cultural Zumbi, uma das principais entidades do movimento negro alagoano à época (SILVA, 2006).

Araújo desenvolveu um papel fundamental para o tombamento da serra em 1985. Ele era a ligação da militância negra com a Instituição Federal de Ensino Superior responsável por desenvolver estudos e pesquisas que levaram o lugar ao seu reconhecimento nacional e, desde 2017, internacional. O movimento negro interveio na proposta inicial do Estado Brasileiro de resumir aquele espaço apenas a uma perspectiva turística. Aquela geração iniciou um processo de mudança, de ver e entender a Serra da Barriga enquanto um espaço de salvaguarda da memória da luta negra pela liberdade.

Assim, para conhecer a trajetória das ações afirmativas no estado de Alagoas se faz necessário compreender a história de mais de 40 anos de luta da UFPA junto ao Movimento Negro, em especial através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) (antes CEAB e NEAB) na produção de saberes que fundamentam práticas afirmativas.

Em entrevista concedida a historiadora Irineia Maria Franco dos Santos, Zezito Araújo relatou as atividades desenvolvidas pelo então NEAB da UFPA nos anos 1980 e 1990:

Trouxemos o Kabengele Munanga que passou quinze dias aqui fazendo curso, em duas etapas. Trouxemos o Wilson Barbosa; o professor Otavio Ianni; o professor João Batista, o Jaime Pinski. Tudo foi o NEAB que trouxe. Aqueles que mais trabalhavam a questão negra no país, nós trouxemos aqui para Alagoas. Inclusive qual o foco que nós dávamos, de 80 a 90? Nós focamos o pessoal da rede do Estado, nós não trabalhamos com o município porque era muito complicado naquela época, só que os professores do município também eram do Estado, então, nós focamos na área da Educação; fizemos vários cursos aqui, e foi com isso que houve o desdobramento na periferia. Quando começaram a surgir os grupos de capoeira organizada, começou a surgir as bandas, até mesmo os grupos folclóricos da Universidade. Tudo isso foi em função do trabalho do NEAB e da Associação Cultural Zumbi (SANTOS, 2011, s/p).

¹⁰ O Conselho Geral do Memorial Zumbi foi uma organização da sociedade civil com personalidade jurídica, responsável pelo pedido de tombamento da Serra da Barriga e pelos estudos na área de história, arqueologia, biologia, geografia, meteorologia na Serra da Barriga. Atas do Conselho do Memorial Zumbi. (Arquivos do NEABI-UFPA)

A história do NEABI/UFAL, em sua gênese, está ligada a da Associação Cultural Zumbi (ACZ), entidade negra criada em 1979, em decorrência de um episódio de racismo envolvendo Marcelino Dantas, negro e estudante de medicina da UFAL, que foi “convidado” a se retirar de um baile no Clube Fênix Alagoana. Na ocasião, após uma reunião com 33 pessoas (31 homens negros e 2 mulheres negras), a ACZ se constituiu enquanto um dos principais grupos políticos do Estado de Alagoas, que tinha como objetivo o combate ao racismo.

A ACZ foi um “movimento político que revolucionou Maceió e o Estado de Alagoas como um todo”. Para Vanda Menezes:

Foi a Associação Cultural Zumbi que constituiu o Memorial Zumbi, que brigou para tombar a Serra, para desapropriar a Serra. A gente constitui a ACZ, logo depois, em 1981, se faz o primeiro Neab, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da universidade. Não tenho certeza, mas acho – 99% de certeza – que foi o primeiro Neab do Brasil. Depois é o do Maranhão e, depois, o de Sergipe. Maranhão fica com Carlão, o Zezito fica no Neab de Alagoas e a Néli em Sergipe. Era muito interessante, porque era a Associação Cultural Zumbi quem dava força ao Neab: o Neab não tinha força no sentido de ser conhecido. Era um núcleo pequeno em extensão. Era a Associação, que já tinha corpo político, que dava... Tinha uma parceria muito boa, o pró-reitor era muito interessante. Tinha uma parceria muito boa com o movimento e a gente com eles. Então, tudo a gente fazia junto: NEAB e Associação Cultural Zumbi (BARBOSA, 2005, s/p).

A ACZ objetivava lutar contra toda forma de discriminação racial, bem como valorizar a figura de Zumbi e do Quilombo dos Palmares. A “abordagem da Serra da Barriga, seja no que concerne ao seu tombamento ou a atividades a se desenvolverem naquele local, será uma constante” (SILVA, 2008, p.15). Naquela época, era comum a realização de atividades nos flancos da Serra como corridas e caminhadas, consolidando aquele espaço como símbolo da resistência negra no Brasil. Para Jeferson Santos:

Todo esse processo, juntamente com os esforços de organizações do movimento negro em outros Estados, fez com que a Serra da Barriga, localizada no município de União dos Palmares, Alagoas, fosse tombada como patrimônio histórico nacional em 1984. Com o tombamento da Serra, as atividades na mesma se intensificaram, especialmente as famosas peregrinações ao seu topo todos os dias 20 de novembro de cada ano. Essa atividade agrega pessoas, militantes, simpatizantes da causa negra no Brasil e mesmo no mundo – como atesta a vinda de negros norte-americanos para a cidade de União dos Palmares – passando a constituir atividade obrigatória em seus calendários, assim como no calendário do próprio governo do Estado (SILVA, 2008, p. 15).

O Memorial Zumbi tornou-se um ponto de convergência, uma desembocadura onde as várias tendências dos movimentos negros no Brasil se conectaram. Como sinalizou Joel Rufino dos Santos, em 1988:

Os problemas, os dilemas, as contradições e as tendências dos movimentos negros nesses últimos dez anos, de alguma maneira, foram desembocar no Memorial Zumbi. Apenas para dar um exemplo: temos tido nos movimentos negros do Brasil uma controvérsia entre os movimentos especificamente políticos, que colocam como objetivo explícito o combate ao racismo; e aquelas instituições, entidades, órgãos e personalidades negras que, embora não objetivem claramente a luta organizada contra o racismo, são representativas das comunidades negras. Sua sensibilidade tem, entretanto, nos ajudado a enfrentar esse dilema. (SANTOS, 2014, p. 102-107).

Nos primeiros anos de atuação, a ACZ focava muito na atuação junto a Educação Básica, sobretudo porque muitos dos seus membros eram professores. A década de 1990 simboliza o momento de consolidação do NEAB, momento em que o núcleo iniciou o debate sobre as políticas de ações afirmativas e passou a contar com a contribuição do professor Moisés Santana¹¹, personagem importante para a implementação do Programa de Ações Afirmativas da UFAL em 2003.

Programa de Políticas de Ações Afirmativas (PAAF) da UFAL

Após sua consolidação nos anos 1980, o NEABI/UFAL, em constantes diálogos com lideranças do Movimento Social Negro em Alagoas e no Brasil, pautou a implementação das ações afirmativas na universidade a partir dos anos 1990 (SILVA, 2006, p. 96-105). Em 2003, o NEABI coloca a UFAL como uma das três instituições pioneiras no desenvolvimento das ações afirmativas universitárias, liderando a implantação do sistema de cotas raciais no vestibular. Visando “desencadear um processo produtivo de identidades que superem os problemas advindos do racismo presente na sociedade brasileira” e possibilitando a “construção de uma universidade plural, pública e efetivamente democrática” (UFAL, 2003). O Programa de Políticas de Ações Afirmativas (PAAF) da UFAL foi constituído por um conjunto de ações que tinham como objetivo eliminar desigualdades sociais históricas.

O Programa de Políticas de Ações Afirmativas (PAAF) da UFAL, idealizado pelo professor Moises Santana, foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI), em 2003, com a participação da sociedade civil e organizações não governamentais, além da sociedade acadêmica (docentes, discentes e técnicos). O PAAF era composto por quatro subprogramas: (a) Políticas de Cotas; (b) Políticas de Acesso e Permanência; (c) Políticas

¹¹ Foi professor da UFAL e atualmente leciona na UFRPE.

Curriculares e de Formação de Professores e (d) Políticas de Produção de Conhecimento.

O PAAF/UFAL estabeleceu, a partir de 2004/2005 uma cota de 20% (vinte por cento) das vagas dos cursos de graduação para os candidatos que se autodeclararam negros (pretos ou pardos), conforme classificação do IBGE e que eram oriundos exclusivamente de escolas de Ensino Médio públicas. Dentro desse percentual, destacamos a distribuição de 60% para as mulheres e 40% para homens, se tornando a única universidade brasileira a estabelecer o recorte de gênero à época.

O objetivo principal do programa era de “propiciar ações que viabilizassem o acesso e permanência da população negra no ensino superior” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2003), implementando, assim, um sistema de cotas que teria a duração de 10 anos. Para isso, foi criada a Comissão Permanente de Operacionalização, Acompanhamento e Avaliação composta por representantes das Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa, Graduação, Extensão, Estudantil, das Associações dos Servidores Técnico-Administrativos e Docentes da UFAL, do Diretório Central dos Estudantes (DCE Quilombo dos Palmares), do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, da Secretaria Estadual de Defesa e Proteção das Minorias¹² e do Núcleo Temático Mulher e Cidadania¹³.

A Comissão Permanente era responsável por avaliar os programas de apoio acadêmico voltados aos estudantes cotistas como: bolsas de estudos, para cursos de línguas nas Casas de Cultura da UFAL, de trabalho, PIBIC, de residência universitária, vale transporte, restaurante universitário, assistência à saúde e tutoria. Essa avaliação se dava a cada dois anos. Após os cinco primeiros anos, deveria ser avaliado a inserção dos alunos e alunas cotistas no mercado de trabalho, e após 10 anos, o impacto do programa numa forma geral.

O PAAF/UFAL recomendava que o sistema de cotas deveria ser implantado no Processo Seletivo Seriado (PSS/UFAL) e que os cotistas teriam que ser aprovados na primeira fase do processo seletivo de forma idêntica aos candidatos da ampla concorrência. Os candidatos egressos da rede pública de ensino que se autodeclarassem negros no ato da inscrição, ficariam classificados separadamente, sendo aprovados os que atingissem a nota de aprovação até o preenchimento do total de 20% das vagas destinadas.

¹² Na época, Zezito Araújo, professor de História e ex-diretor do NEAB/UFAL, estava à frente desta secretaria de estado.

¹³ Através da militante do MN Vanda Menezes.

Não havia obrigatoriedade de preenchimento do percentual estabelecido, podendo as vagas retornarem para a ampla concorrência.

Além da criação do sistema de cotas raciais no PSS, o PAAF/UFAL foi aprovado com o seguinte Plano de Metas:

1. Incluir o item cor na matrícula 2004 dos alunos/as, para ter dados mais substanciais relativos à presença dos alunos afrodescendentes nos diferentes cursos da Universidade;
2. A inclusão da disciplina História da África no quadro das obrigatórias e não eletivas no curso de História;
3. Desenvolver Programas de Formação de Professores das redes Públicas e Privadas de Ensino que os habilitem a tratar adequadamente a diversidade racial, identificar práticas discriminatórias presentes no cotidiano escolar, responsáveis, muitas vezes, pelo desempenho e repetência de crianças vítimas dessas ações;
4. Criação de um programa Editorial que estimule a produção de material pedagógico, que valorize a pluralidade étnico-cultural do Brasil, visando permitir o desenvolvimento sadio de crianças negras e não-negras, no que concerne as relações raciais;
5. Manter e ampliar a experiência em desenvolvimento do Áfojubá, curso de pré-vestibular para alunos (as) afrodescendentes e carentes, coordenado pelo NEAB/UFAL;
6. Intervir junto ao Programa do MEC – Diversidade na Universidade. Buscando inserir o Estado de Alagoas no mesmo, visando à obtenção de recursos para a implementação e dinamização do nosso programa;
7. Considerar, na contratação de serviços terceirizados para a UFAL, empresas que cumpram ações afirmativas;
8. Ampliar o acervo da Biblioteca Central e do NEAB relativo à cultura Afro-brasileira;
9. Solicitar à FAPEAL a estruturação de um Programa específico de Incentivo a Pesquisa sobre a Cultura Afro-brasileira, objetivando potencializar a formação de pesquisadores, a produção de conhecimento e a elaboração de estratégias de intervenção social na referida área (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2003, s/p).

No primeiro ano de vigência do PAAF/UFAL, ocorreu a entrada de 182 estudantes cotistas e, em 2006, ingressaram pouco mais de 200 alunos, já em 2007 foram contabilizados pouco mais de 300 alunos. Esse número foi aumentando a cada ano¹⁴. Visando a questão da permanência, a UFAL adotou alguns programas de extensão que disponibilizaram bolsas para os estudantes cotistas, sendo o primeiro deles o *AfroAtitude*, que durou de 2005 a 2007. O *Brasil Afroatitude: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros* tinha o objetivo de preencher duas lacunas: a inexistência e/ou incipiência de apoio logístico e financeiro aos alunos negros cotistas e a produção de conhecimento no campo das relações entre aids, população negra e racismo.

¹⁴ Arquivos do NEABI/UFAL.

O programa foi desenvolvido em universidades públicas federais e estaduais que haviam adotado em seus respectivos vestibulares o sistema de cotas para afrodescendentes. Outras universidades que participaram do *AfroAtitude* foram: Universidade de Brasília (UNB); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Universidade do Estado da Bahia; (UNEB); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).

Em 2005, Vanda Menezes havia assumido a Secretaria das Mulheres do Estado de Alagoas e tinha uma parceria com a UFAL e o projeto AfroAtitudes. Em entrevista dada a Amilcar Pereira e Verena Alberti, ela diz:

Na Ufal é assim. E estamos com 50 bolsas, um projeto chamado *Afro-Atitude* de que nós somos parceiros, enquanto Secretaria. Agora vai ter até o seminário para tratar da questão negra, religiosa com os alunos das cotas. Aids, prevenção a DSTs. Acho que é um dos caminhos são as cotas. A gente, se olhar os Estados Unidos, vê muitos bons filhos das cotas (BARBOSA, 2005, s/p).

No início do PAAF, também foi criada uma linha de livros, com caráter de revista, chamada Kulé -Kulé. Entre 2005 e 2010 foram lançados 4 volumes: (1) Educação e Identidade Negra (2005), (2) Visibilidades Negra (2006), (3) AfroAtitudes (2007) e (4) Religiões Afro (2010). Toda a produção foi destinada, principalmente, às escolas públicas com produções de professores e pesquisadores, além da participação dos estudantes cotistas ou não, que estivessem desenvolvendo pesquisas na área. A distribuição foi gratuita para as escolas e supriu um pouco a falta de material didático, muito presente naquele momento.

A lei de cotas e a luta pela ampliação das ações afirmativas

Com a aprovação da Lei de Cotas em 2012, o PAAF/UFAL permaneceu, mas sofreu algumas modificações, pois os alunos provenientes das redes públicas de ensino poderiam: (a) fazer o ENEM por ser de escola pública, ter estudado no mínimo os três últimos anos na instituição e se autodeclarar preto ou pardo; (b) ter feito todo o ensino fundamental e médio na escola pública; (c) ter estudado na escola pública e ter uma renda inferior ou igual a um salário e meio como renda familiar. Também ocorreu a entrada de estudantes indígenas, os quais deveriam apresentar declaração emitida pela FUNAI.

A Lei Federal n. 12.711/2012 garantiu a reserva de 50% das matrículas, por curso e por turno, nas 63 universidades federais e nos quarenta institutos federais de educação,

ciência e tecnologia (Inep, 2017) a alunos oriundos integralmente do Ensino Médio público, em cursos regulares ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA), direcionando a Política de Ação Afirmativa e tornando obrigatória a implantação de ações para a democratização do acesso ao Ensino Superior. Essa determinação deveria ser cumprida até agosto de 2016, entretanto, já em 2013, as instituições tiveram que separar 25% da reserva prevista, ou 12,5% do total de vagas para esses candidatos. A UFAL garantiu mais de 40% das vagas para cotistas em 2014. Nesse sentido, na última década, mais de 20 mil alunos negros (pretos e pardos) ingressaram na UFAL.

Tendo como base os dados do SISU (Sistema de Seleção Unificada do MEC) de 2019, 2020 e 2021, seleções que tiveram comissão de heteroidentificação validando ou não a autodeclaração étnico-racial, a UFAL obteve o seguinte número de estudantes cotistas ingressantes: SISU 2019 – 2.119 alunos negros (pretos e pardos) do total de 5.338 vagas; SISU 2020 – 2.336 alunos negros (pretos e pardos) do total de 5.373 vagas; SISU 2021 – 2.915 alunos negros (pretos e pardos) do total de 5.373 vagas¹⁵.

Entre 2018 e 2019, o NEABI dá à UFAL mais uma vez uma posição entre as instituições pioneiras ao implementar o sistema de cotas na pós-graduação e instituir as bancas de heteroidentificação, procedimento complementar à autodeclaração étnico-racial para evitar fraudes nos processos seletivos onde há reserva de vagas para negros. A Regulamentação das Políticas de Ações Afirmativas na Pós-graduação *Lato Sensu* (incluindo as residências) e *Stricto Sensu* da UFAL ocorreu em dezembro de 2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018) após anos de reivindicação do movimento estudantil e do Movimento Negro, destacando nesse processo a atuação dos militantes da Associação de Negros(as) da UFAL e do Instituto do Negro em Alagoas (INEG)¹⁶.

Após algumas reuniões com o INEG, o Programa de Pós-graduação em História da UFAL passou a adotar as cotas raciais em seu edital de seleção no ano de 2015, o que impulsionou o debate dentro da universidade, levando a criação da Comissão Pró-cotas na Pós-graduação da UFAL, formada por representantes do INEG, pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFAL), pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP/UFAL), além de professores e coordenadores de programas de pós-graduação da instituição.

¹⁵ Base de dados do NEABI/UFAL.

¹⁶ Instituição da sociedade civil voltada para estudos e promoção da população negra do estado de Alagoas.

A implementação de políticas de ações afirmativas (PAA) nos cursos e programas de pós-graduação foi aprovada pelo Conselho Universitário da UFAL no dia 10 de dezembro de 2018. A minuta foi resultado do trabalho desenvolvido pela Comissão de Cotas na Pós, fruto do diálogo do INEG com o NEABI. A resolução instituiu cotas de no mínimo 40% (quarenta por cento), sendo no mínimo 20% para negros, mínimo de 10% para indígenas, e mínimo de 10% para deficientes físicos. Os Programas de pós-graduação também passaram a adotar uma nota de corte nos processos seletivos para os cotistas na ordem de no mínimo 20% inferior à nota de corte da ampla concorrência.

Para o INEG/AL, três questões eram fundamentais dentro do debate: a definição de uma nota de corte diferenciada para os cotistas; a instituição de bolsas de estudo, na mesma proporção do percentual da reserva de vagas; e, a instituição das comissões verificadoras da autodeclaração dos candidatos negros (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018).

A Comissão de Heteroidentificação e as bancas de validação de autodeclaração étnico-racial de candidatos(as) negros(as) (pretos e pardos) da UFAL foi instituída no ano de 2018 e iniciou seus trabalhos no Sistema de Seleção Unificada (SISU/MEC) para vagas dos cursos de graduação em 2019, também atuando em processos seletivos de cursos e programas de pós-graduação e nos concursos públicos da universidade. A coordenação dos trabalhos ficou a cargo do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), que tinha a professora Ligia Ferreira como Diretora Geral, em colaboração com a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Comissão Permanente do Vestibular (COPEVE).

O processo de implementação da Comissão de Heteroidentificação e das bancas de validação foram acompanhadas pelo Prof. Dr. Adilson Pereira dos Santos, Pró-reitor Adjunto de Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto-MG (UFOP), especialista na área. O grupo foi composto por “aproximadamente, 60 pessoas (41 mulheres – 68,33%; 19 homens – 31,66%), as quais aceitaram o convite público para essa atuação e participaram da Oficina de Formação, com experiências de engajamentos distintos na cotidiana luta antirracista” (FERREIRA, 2021, p. 145-158).

A instalação das comissões de heteroidentificação nos processos seletivos das instituições públicas de ensino tem se constituído como um dos principais trabalhos dos NEABI em todo o país, haja vista que elas têm como objetivo garantir que os candidatos que ingressarem nas vagas reservadas para pessoas negras sejam realmente os sujeitos de

direito, mitigando, assim, a possibilidade de fraudes, que, não raras vezes, vem acontecendo.

Considerações finais

A luta do Movimento Negro para criar um lugar de celebração da cultura e da história afrobrasileiras, como é a Serra da Barriga, é sobretudo uma luta pedagógica, pois também se dedica ao processo de combate aos problemas cruciais que se relacionam com o desenvolvimento e emancipação da população negra (GOMES, 2017). Foi nesta perspectiva que aqui tecemos esta discussão-trajetória, da ação da UFAL em conjunto com o Movimento Negro, que forjou dois elementos essenciais no rol das conquistas do povo negro no Brasil: a institucionalização do reconhecimento do povo negro na fundação do Brasil e a instituição das políticas de ações afirmativas.

As Ações Afirmativas nas universidades públicas têm como resultado a diminuição da exclusão social, da segregação racial, da concentração de renda e de tantos outros problemas sociais que possuem como uma de suas principais causas o preconceito racial. A Universidade ao assumir programas dessa envergadura, trouxe para o seu seio os grandes debates que se desenvolvem no país e no mundo, relativos às formas de relações culturais entre os povos, as relações sócio-raciais e de poder e tantas outras vertentes. Dessa forma, a Academia além de repensar, debater e produzir novas formas de compreensão da sociedade brasileira, contribui na reestruturação das relações de poder produtora de desigualdades.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, João (coord.). **Universidade Federal de Alagoas: documentário histórico**. Maceió: UFAL, 1982.

BARBOSA, Vanda Maria Menezes. **Vanda Maria Menezes Barbosa** (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 35min).

FERREIRA, Lígia dos Santos. **Narrativas minhas, deles, delas, dels, enfim, nossas: escrituras da heteroidentificação na Universidade Federal de Alagoas**. *Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura*. vol. 5 – n. 9, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

MOURA, Carlos. 20 anos de história. **Revista Palmares**, Brasília, ano IV, n.4, 2008.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. Zezito Araújo. O Movimento Negro em Alagoas: militância e história. Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, ano IV, Nº 7, Julho/2011.

SANTOS, Joel Rufino. Memorial Zumbi: conquista do movimento negro. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014.

SERRA, Ordep. Monumentos negros: uma experiência. **Afro-Ásia**. n. 33, 2005.

SILVA, Jeferson da. **Cultura negra em Alagoas: uma construção da negritude**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

SILVA, Jeferson da. Um movimento negro em Alagoas: a Associação Cultural Zumbi. In: Barros, Rachel R. de Almeida; CAVALCANTI, Bruno César; SUASSUNA, Clara (Org.). **Kulé-Kulé II: visibilidades negras**. Maceió: NEAB/EDUFAL, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Portaria nº 1.834, de 18 de dezembro de 2018. **Institui a Comissão de Heteroidentificação da UFAL**. Disponível em: <https://sipac.sig.ufal.br/sipac/VerInformativo?id=10947&imprimir=true>. Acesso em: 25 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Resolução nº 86/2018 – CONSUNI, de 10 de dezembro de 2018. **Regulamenta a implementação de políticas de ações afirmativas (PAA) nos cursos e programas de pós-graduação lato sensu (inclusive as residências) e stricto sensu da UFAL**. Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://ufal.br/resolucoes/2018/rco-n-86-de-10-122018.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Resolução Nº 33/2003-CONSUNI de 06 de novembro de 2003. **Aprova o programa de políticas afirmativas para afro-descendentes no ensino superior na UFAL**. Disponível em: https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_33_2003_consuni. Acesso em: 26 de jan. 2022.